



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0013504-69.1996.8.26.0566 - Ordem nº 3793/2006**
 Classe – Assunto: **Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**
 Requerente: **Fazenda Publica Municipal de Sao Carlos**
 Requerido: **Everaldo Luiz Guimaraes Keppe e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Segundo informações da exequente (fl. 147), o débito da presente execução está quitada desde o ano de 2013. Porém, de maneira equivocada, o processo ainda se encontra em andamento por conta da execução dos honorários da sucumbência (cumprimento de sentença), originários da ação de Embargos de Terceiro, feito nº 0011143-30.2006.8.26.0566 (Ordem nº 321/2006), em apenso, em que se aguarda a manifestação da Municipalidade em termos de prosseguimento.

Indevida, pois, a manutenção desta execução em andamento por conta da existência de um cumprimento de sentença que não guarda relação direta com o seu objeto.

Isto posto e tendo vista o pagamento noticiado pela exequente, **JULGO EXTINTA** a execução fiscal, com fundamento no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Torno insubsistente a penhora de fl. 73, liberando-se desde logo o seu depositário. Providencie-se a baixa da restrição junto ao C.R.I., se o caso.

Providencie-se a baixa dos Embargos à Execução, feito nº 23835-27.2007.8.26.0566 (em apenso), pela perda do objeto.

Determino ao cartório a formação do incidente de cumprimento de sentença na **forma digital**, por dependência ao Embargos de Terceiro, feito nº 0011143-30.2006.8.26.0566 (Ordem nº 321/2006), instruindo-o com cópia desta decisão e as peças de fls. 118/129 dos referidos embargos. Formado o incidente digital, este deverá ser encaminhado à conclusão para análise e deliberações, com as certificações pertinentes, e os autos físicos arquivados juntamente com a execução.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

Ficam as partes cientificadas que, decorrido 01 (um) ano do arquivamento, se não houver manifestação em contrário, os autos serão inutilizados, com fundamento no Provimento CG 28/1997, nos termos do procedimento previsto no Provimento CSM 1676/2009.

Ciência à Fazenda.

P.I.C.

São Carlos, 31 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**